



[Atribuição BB CY 4.0](#)

Reinado e alteridade na comunidade negra dos Arturos em Contagem-MG

Erisvaldo Pereira dos Santos¹

Resumo

A Comunidade quilombola dos Arturos, localizada na cidade de Contagem-MG, historicamente, é principal guardiã do Reinado do Rosário de Contagem, reúne saberes e práticas socioculturais afrodiáspóricas. Em 2014, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico Artístico de Minas Gerais – IEPHA-MG - reconheceu e registrou a Comunidade dos Arturos como patrimônio imaterial cultural de Minas Gerais. O objetivo deste trabalho é refletir sobre o significado deste reconhecimento e do registro no contexto das heranças culturais afro-brasileiras, como valorização e afirmação da cultura negra plural, dialógica e fundamentada na afirmação da alteridade. A pesquisa se desenvolveu por meio de observação participante. Nas conclusões, a ação do IEPHA-MG é interpretada como uma reparação e a história, os conteúdos e as práticas rituais e festivas do Reinado do Rosário são compreendidos na lógica de uma pedagogia da alteridade da diáspora africana no Brasil, através da qual se busca “a força vital”.

Palavras-chave

Reinado do Rosário; Arturos Patrimônio; Alteridade; Diáspora Africana; Força Vital.

¹ Doutor em Educação (UFMG) com pós-doutorado em Estudos Étnicos e Africanos (UFBA). Professor titular na Universidade Federal de Ouro Preto, chefe do Departamento de Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e Indígenas – DEABI da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP. Babalorixá do Ilê Axé Ogundfunmilayo em Contagem -MG. E-mail: erisvaldo@ufop.edu.br

Recebido em: 19/05/2025
Aprovado em: 07/10/2025

Reinado and alterity in the Black Community of the Arturos in Contagem - MG

Abstract

The *Quilombola* (Maroon) Community of the Arturos, located in the city of Contagem-MG, has historically been the main guardian of the *Reinado do Rosário* in Contagem, bringing together Afro-diasporic knowledge and sociocultural practices. In 2014, the State Institute of Historical and Artistic Heritage of Minas Gerais (IEPHA-MG) recognized and registered the Arturos Community as intangible cultural heritage of Minas Gerais. The aim of this paper is to reflect on the meaning of this recognition and registration in the context of Afro-Brazilian cultural heritages, as a form of valuing and affirming Black culture in its plural and dialogical dimensions, grounded in the affirmation of alterity. The research was carried out through participant observation. In conclusion, the action of IEPHA-MG is interpreted as a form of reparation, and the history, contents, and ritual and festive practices of the *Reinado do Rosário* are understood within the logic of a pedagogy of alterity of the African Diaspora in Brazil, through which the pursuit of “vital force” is expressed.

883

Keywords

Reinado do Rosário; Arturos Heritage; Alterity; African diáspora; Vital force.

Introdução

Os Arturos são uma comunidade negra, reconhecida como comunidade quilombola, formada pelos descendentes e agregados de Arthur Camilo Silvério, localizada acerca de 2,5KM (Dois quilômetros e meio) do centro administrativo de Contagem, no bairro Vera Cruz. Conforme registro encontrado no Cartório do 1º Ofício, na sessão de Registro de Imóveis da Comarca de Betim, a aquisição do terreno se deu logo após Abolição da Escravatura, em 2 de novembro de 1888 (Gomes; Pereira, 1988, p. 121). Para além da vida de luta e trabalho no cotidiano social de classe trabalhadora, a fim de garantir as condições de subsistência material, cerca de 45 famílias que residem na Comunidade dos Arturos se organizam e interagem culturalmente. Sua organização se constitui através da devoção a Nossa Senhora do Rosário, com o Reinado constituído pelo Trono Coroado, o Candombe, as guardas Moçambique e de Congo, a Folia de Reis, a Festa da Capina e, mais recentemente, o grupo dança e percussão musical afro-brasileiro: Arturos, filhos de Zambi. Conforme Leda Maria Martins (1997, p. 31-32) diferente de Congado, “Os Reinados são definidos por uma estrutura simbólica complexa [...], cuja concepção inclui variados elementos, atos litúrgicos e cerimoniais e narrativas que[...] reinterpretem as travessias dos negros da África às Américas.”. Nas travessias do Atlântico, os africanos trouxeram tradições marcadas pelos ritmos e sons dos seus cânticos e instrumentos musicais, os quais foram reinterpretados nos rituais festivos do Reinado do Rosário. Segundo afirma uma de nossas referências de pesquisa sobre o Reinado,

[...] As festas em homenagem a Nossa Senhora do Rosário constituíram-se no principal evento devocional das Irmandades negras no Brasil colonial. Elas funcionaram como eixos dinamizadores de vivência católica, de um catolicismo leigo que marcou de forma indelével a formação religiosa de Minas Gerais (Oliveira, 2011, p.9).

Conforme documento arrolado por Geraldo Fonseca (1978) nos arquivos da Arquidiocese de Mariana, o Estatuto da Irmandade do Rosário de Contagem foi registrado em 15 de março de 1868. Curiosamente, não se trata apenas de uma Irmandade de negros como aquelas que foram criadas no período colonial, pois, de acordo com o que podemos verificar no artigo primeiro do referido documento: “a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, ereta nesta Freguesia de Contagem, é associação religiosa de todos os fiéis de um e de outro sexo – sem exceção de qualidade ou condição.” (Fonseca, 1978, p.101). Por sua vez, o artigo

quinto nos informa sobre incorporação da presença de escravizados na Irmandade.

Em sua obra “Reis Negros no Brasil escravista: história da Festa de Coroação de Rei Congo”, Marina de Mello e Souza cita o padre Serafim Leite, historiador da Companhia de Jesus – Jesuítas, nos informando o objetivo da instituição das irmandades negras: “Segundo Serafim Leite, já em 1586, foram instituídas, pelos jesuítas, irmandades de Nossa Senhora do Rosário, ‘com o fim de promover a piedade e a instrução religiosa de índios e negros’.” (Souza, 2006, p.186). Um indício do funcionamento dessa “piedade” encontra-se estampado na capa da primeira gramática da língua quimbundo, publicada em 1697, nos seguintes termos: “Arte da Língua de Angola, oferecida a Virgem Senhora N. do Rosário, Mãe, & Senhora dos mesmos Pretos.” (Apud. Rosa, 2013, p.116).

Movidas pelo compromisso da devoção e pela “piedade”, as irmandades constituíram e mantiveram suas capelas com recursos e doações dos seus membros. Em Contagem não foi diferente. Os pesquisadores do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA-MG - encontraram um registro da doação financeira à Irmandade do Rosário de Contagem feita por Camillo Silvério, regente do Congado e pai de Arthur Camilo, patriarca da Comunidade, relativo ao ano de 1889 (C.A/IEPHA, 2014, p.14-15). No entanto, no início da década de 1970, a Capela de Nossa Senhora do Rosário de Contagem que fora construída na segunda metade do século XIX e mantida pela Irmandade foi demolida, contra a vontade dos seus membros, em razão do seu estado de ruína. Quando iniciamos a nossa pesquisa na década de 1990, em conversas informais com os (as) idosos(as) da Comunidade, ouvíamos muitas lamentações por conta da demolição da capela. Assim como ouvíamos também narrativas sobre o Reinado no tempo do capitão José Aristide de Salles que morreu em 1956.

Na década de 1950, em um contexto de vigência das proibições do Reinado e das práticas dos Congados da parte de Dom Cabral, bispo da Igreja Católica em Belo Horizonte (Oliveira, 2011, p.71-72)², os Arturos se tornaram guardiões do Reinado da Irmandade do Rosário de Contagem. Isso se deu após a morte do

² As proibições começaram com o Aviso Nº 5: “Proibição da Festa Chamada Reinado” de 10 de agosto de 1923. Livro de Avisos da Arquidiocese de Belo Horizonte.

Revista SCIAS. Direitos Humanos e Educação, Belo Horizonte/MG, v. 8, n. 2, p. 881-897, jul./dez. 2025. e-ISSN: 2596-1772.

lendário capitão regente, José Aristides de Salles, que conforme registro da História de Contagem, era o “Chefe Supremo do Congado no Brasil” (Fonseca, 1978, p.124), era também o principal responsável pela organização da Festa, com a colaboração de Arthur Camilo Silvério, cujo pai havia sido regente do Congado. Em função das medidas proibitivas da Igreja Católica, os Reinados do Rosário sofreram uma baixa muito grande em Minas Gerais. Tais medidas teriam espalhado “tamanho terror por Minas Gerais que a festa do Rosário parou em quase todos os lugares” (Silva, 2011, p. 91).

Todavia, José Aristides de Salles é mencionado como sendo “um preto alinhado, com fama de feiticeiro” que teria se instalado na cidade de Divinópolis-MG, a fim de garantir a realização da Festa do Rosário (Silva, 2011, p. 91). O papel desempenhado por José Aristides de Salles no Reinado de Nossa Senhora do Rosário ainda não foi estudado em Minas Gerais, mas há indícios de que ele realizou um forte enfrentamento com a Igreja Católica, a fim de garantir a manutenção do Reinado da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Contagem e em outros lugares de Minas Gerais.

Arturos patrimônio cultural

O reconhecimento e o registro da Comunidade dos Arturos como patrimônio imaterial cultural do Estado de Minas Gerais inauguraram um novo tempo para os Reinados de Nossa Senhora do Rosário e a cultura afro-brasileira em termos de valorização e preservação das heranças e dos saberes plurais dos afrodescendentes. Como afirma outra pesquisadora dessa área: “A proteção ao patrimônio cultural no Brasil é tão nobre que parece dirimir com o tempo disputas intelectuais sobre sua concepção teórica, mas não sobre sua ascendência.” (Barbosa, 2018, p. 50). No caso dos Arturos, podemos afirmar que, por trás do reconhecimento que visa a proteção, temos muito mais do que disputas intelectuais. Isso porque, nas três últimas décadas, a inclusão na cultura afro-brasileira na agenda nacional se deu em virtude da luta dos movimentos sociais negros contra o racismo e a favor da visibilidade da cultura negra na educação e nas políticas públicas em geral.

A inclusão da Comunidade dos Arturos como patrimônio cultural imaterial ocorre em um momento tenso de convivência com o outro, o diferente, em nosso Brasil. Momento em que os discursos de ódio e atitudes violentas contra gays,

mulheres, negros e religiosos de matrizes africanas vêm destruindo o tecido social brasileiro descaradamente. As práticas e saberes da Comunidade que foram transformados em patrimônio imaterial não estão isentos e imunes às intolerâncias e ao ódio dos racistas. Nesse sentido, refletir sobre as práticas socioculturais e religiosas de negros brasileiros, na perspectiva do patrimônio cultural, no momento de recrudescimento das intolerâncias, constitui-se uma tarefa e um desafio para quem assume a questão da alteridade como princípio fundamental para o estabelecimento de um paradigma de formação humana que supere as intercorrências de intolerância e de racismo em todos os seus matizes.

Com efeito, o que é valorizado e preservado na Comunidade dos Arturos não pode mais ser pensado apenas a partir da lógica das “sobrevivências dos cultos africanos” (Bastide, 1985, p.79), como resultado de uma concessão “ajuda” da Igreja Católica; nem tampouco na perspectiva do “sincretismo religioso”, que quase sempre é tomado na lógica da subalternização religiosa dos negros ao “sistema de evangelização estabelecido pelas ordens religiosas, sobretudo os jesuítas” (Bastide, 1985, p.78). Compreendidas nestas perspectivas, o nosso pressuposto é de que tanto a noção de “sincretismo” quanto a noção de “sobrevivência religiosa” são insuficientes para refletir o dinamismo dos movimentos que ocorrem na Comunidade dos Arturos em Contagem, cujas práticas e saberes são plurais e dialógicos.

Quando cantam, tocam e dançam sua “ingoma”, os Arturos costumam afirmar que estão trabalhando para Nossa Senhora do Rosário, como reconhecimento e agradecimento, em virtude de um encontro realizado no passado e que se efetiva como aliança no presente. Dessa maneira, no que se refere à relação de alteridade, constituída pelo encontro com outro, mesmo em contexto de subalternização e tentativas de aniquilamento, vale ressaltar o que afirma Marina de Melo Souza na lógica da agência proativa de africanos bantos³ no contato com outros povos.

O pensamento banto sempre teve uma admirável capacidade de resistir a transformações radicais, distinguindo-se por incorporar as contribuições continuamente dadas pelo contato entre os povos, lendo-as a partir do seu próprio instrumental cognitivo e em parte, aceitando-as como próprias (Souza, 2006, p. 68).

Embora este movimento de incorporação de contribuições tenha sido interpretado como sincretismo, tendo por função “prevenir, reduzir e anular

³ Grupo etnolinguístico predominante nos países da África subsaariana.
Revista SCIAS. Direitos Humanos e Educação, Belo Horizonte/MG, v. 8, n. 2, p. 881-897, jul./dez. 2025. e-ISSN: 2596-1772.

conflitos” (Valente, 1977, p.12), o que temos diante de nós é um nível de interação que envolve forças e dimensões espirituais em vista daquilo que Placide Tempels (1949, p.30-32) identificou como “força vital”. Nesse sentido, podemos afirmar que no rosto africano dos Arturos, na vida e na devoção ao Reinado de Nossa Senhora do Rosário e aos santos negros, nos sons e ritmos dos instrumentos percussivos e nos rituais celebrados não expressam apenas “interpenetração”, mas a agência de uma alteridade que se constitui tanto pelas matrizes originárias, quanto pelo contínuo movimento de interação entre os sujeitos que se apropriam e atribuem novos sentidos e significados às suas vivências na diáspora. Este movimento de interação entre sujeitos e suas cosmogonias, que ocorre tanto em nível de relações extrínsecas quanto intrínsecas, visa o aumento da “força vital”, que conforme “La Philosophie Bantoue” (Tempels, 1949) se encontra em todos os seres do universo e sua posse é a garantia da felicidade.

Em se tratando da diáspora africana no Brasil, seja nos terreiros de candomblés de todas as nações⁴, mesmo aqueles que são considerados mais próximos da tradição originária; seja nos Reinados de Nossa Senhora do Rosário, com suas guardas de Congo e Moçambique, encontramos esse movimento de busca e fortalecimento da “força vital” renovando, produzindo e expressando práticas, saberes e vivências religiosas que não podem ser consideradas apenas como “sobrevivências religiosas africanas”. Mesmo porque, como afirma Paul Gilroy (2001, p. 415), “a importância e o significado dessas sobrevivências se tornaram irremediavelmente desligados de suas origens.” Talvez seja em razão disso que os movimentos em prol da reafirmação do candomblé buscam, a todo custo, o estabelecimento de laços com as origens, como forma de garantir uma presumida “pureza da tradição”. Com isso, eles desprezam ou negam as reinterpretações e influências da dinâmica das interações que resultaram da agência dos sujeitos no passado e no presente. Não identificamos nos Arturos um sentido de tradição que possa ser “pura” ou “impura”, em virtude de laços com o continente africano. Ao invés de “pureza” o que se busca na atualização do Reinado é a força que emana para os enfrentamentos da vida cotidiana.

⁴ Denominação genérica para os diversos grupos que fazem parte do conjunto diversificado das religiões brasileiras de matrizes africanas, como o candomblé de Angola, de Keto, de Jeje, de Efon, Xambá, Mina etc.

A tradição como força e resistência

A partir de uma compreensão de tradição como força, somos levados a pensar que a ausência dessa discussão sobre a “pureza da tradição” do Reinado de Nossa Senhora do Rosário se deva a três fatores relacionados à busca da “força vital”: 1- capacidade de incorporar como sendo suas as contribuições resultantes do contato com outros povos; 2- certeza de que os sons dos tambores e das caixas, os cânticos entoados e as performances corporais atualizam a força da presença dos ancestrais no seio do Reinado; 3- consciência de que Nossa Senhora do Rosário “é uma mãe tão boa” que esteve cuidando e protegendo os negros no “tempo do cativo” e continua realizando proezas em virtude de uma predileção pelos oprimidos e sofredores.

Conscientes dessas proezas, os Arturos afirmam: “os nossos ancestrais não trabalharam em vão.” Os ancestrais continuam “trabalhando para Nossa Senhora do Rosário”. Porque é este trabalho que emana a força que produz a mudança do olhar do outro e da sociedade envolvente na relação com eles. Essa mudança é visível em imagens dos Arturos estampadas em capas de cadernos escolares, distribuídos pela Secretaria de Educação Municipal; pinturas no interior de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA-JK), localizada na principal avenida da cidade; fotografias das festas estampadas em uma rede de supermercado; e um obelisco em homenagem aos Arturos que se encontra erguido no meio de uma das vias de acesso que liga o município de Contagem a Belo Horizonte e Betim.

Nesse sentido, é possível observar que no interior da experiência comunitária, há um conjunto de expressões, práticas e artefatos que apontam para o entendimento de que a África não está apenas do outro lado do Atlântico, mas no rosto, nos corpos, nas crenças, nos rituais, nas danças, nos sons e ritmos dos sujeitos que organizam suas vidas e memórias no seio daquelas tradições. Nosso entendimento de tradição como “força vital” dialoga com a compreensão de que é “preciso interrogar a função política das tradições: elas não são simples sistemas de ideias ou conceitos, e sim verdadeiros modelos de interação social.” (Capone, 2004, p.29). A partir de nossa pesquisa e convivência com aqueles que já partiram para o mundo dos mortos e com os que estão no mundo dos vivos, somos levados a afirmar que as práticas, os saberes, a memória e a corporeidade dos Arturos se organizam em torno de quatro eixos interativos fundamentais para

a busca e manutenção da “força vital”: o primeiro tem a ver com a devoção dos negros brasileiros a Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia; o segundo eixo remete a história desta devoção ao tempo de sofrimento da escravidão; o terceiro eixo se organiza em torno da história do seu patriarca original, Artur Camilo Silvério, que muito mais do que um antepassado é celebrado como um ancestral da família; no quarto e último eixo, encontramos os sons, os ritmos, os artefatos e as performances das guardas de Congo e Moçambique, do Candombe, da folia, da festa da capina, da festa da libertação e do grupo afro-brasileiro: Arturos Filhos de Zambi.

Ao classificar as tradições da Comunidade dos Arturos como eixos interativos de sociabilidade, estamos considerando as tradições como algo dinâmico. Na mecânica o eixo é compreendido como aquilo que liga e pode impulsionar algo em movimento. Os eixos apresentados são de natureza religiosa, histórica, social, cultural e antropológica. Eles ligam os Arturos com a África, ao rosto africano no Brasil, ao sofrimento da escravidão, ao Reinado de Nossa Senhora do Rosário, aos sons, ritmos e performances do Rosário. De uma maneira ou de outra, esses eixos impulsionam a luta contra o racismo e a favor de políticas públicas como reparações pelos danos causados pela escravidão.

Embora haja oscilações nos efeitos de sentidos desses eixos interativos na vida e nos corpos negros dos sujeitos, há um alto nível de interdependência, no que se refere ao dinamismo da relação de alteridade que se manifesta entre eles e as práticas, os saberes e a memória de dentro da Comunidade com seus correlatos de fora da comunidade. Há um entendimento expresso em discursos e cânticos de que se trata de uma tradição que veio de Angola atravessando o mar e o “tempo do cativo”. Naquele contexto, existe uma identificação intrínseca entre o sofrimento dos escravizados e a proteção de Nossa Senhora do Rosário, mãe de Jesus Cristo. Ao realizar seus festejos e sair para retribuir visitas em outros Reinados, os membros das guardas de Congo e de Moçambique não se cansam de repetir que “vão trabalhar para Nossa Senhora”. Dessa forma, eles e elas retomam um sentido do trabalho como uma experiência que humaniza e cura de todas as dores e sofrimentos. Se por um lado, a devoção a Nossa Senhora do Rosário foi levada para a África no final do século XV para incrementar o processo de evangelização de africanos, desencadeado a partir do ano de 1490, no Reino do Congo (Souza, 2006, p. 53); por outro lado, essa mesma devoção, para além de

invocar uma África ancestral, “em sua versão cristianizada, representada pelo reino de Congo” (Souza, 2002, p.18), fora assumida por muitos africanos na lógica da predileção de Nossa Senhora pelos oprimidos, conforme narrativa bíblica (O Magnificat – Lc. 1,46-55). É dessa maneira que se pode interpretar o mito, a instauração do Reinado e a devoção a Nossa Senhora do Rosário que se encontram em diferentes narrativas, não somente nos Arturos, mas em quase todos os Reinados de Minas Gerais.

Conforme narrativa do mito presente nos Arturos, a imagem de Nossa Senhora apareceu no mar (Lucas, 2002, p. 54-62). Os brancos foram com uma banda de música, pegaram-na, construíram uma igrejinha e fizeram um altar para a santa. No dia seguinte, a santa havia voltado para o mesmo lugar. Houve outra tentativa, mas a imagem da santa retornou para mar, até que, em uma terceira tentativa, os negros da guarda de Moçambique a trouxesse, através dos três tambores sagrados, cantando e dançando para ela. Nos Arturos, e em outros Reinados do Rosário da região metropolitana de Belo Horizonte, os tambores sagrados que trouxeram a imagem de Nossa Senhora recebem os nomes de Santana, Santaninha e Jeremias. Os tambores são feitos de troncos de madeira o cada, sem emendas. Eles são guardados de forma especial e tocados em homenagem aos ancestrais, apenas algumas vezes para abrir e fechar os festejos do Reinado do Rosário. Quando se inicia o ritual, há um canto de pedido de licença que diz: “Tamborete sagrado, dá licença a eu...”. Ele dá início ao reinado de Nossa Senhora na terra.

Ao trazer os tambores do Candombe como memória da presença de Nossa Senhora no meio deles e em homenagem aos ancestrais, os Arturos realizam um ritual de atualização do mito fundador e nos permite perceber como eles são constituídos por um outro, de outra tradição religiosa, que reage e interage no dinamismo da tradição preservada, sendo força que continua contribuindo para produzir a relação entre presente e passado. Os corpos negros que cantam e dançam diante dos tambores sagrados mantêm e renovam os laços de proteção e cuidado diante das adversidades da vida. Os sofrimentos produzidos pelo sistema escravista, as desigualdades sociais, a intolerância e a discriminação racial existentes atualmente continuam sendo enfrentados com as respostas do canto e do rufar dos tambores, nas noites que antecedem a festa. É nesse contexto que se

inscreve o desabafo de um dos membros da família que esteve presidindo a Irmandade há quase três décadas atrás:

Você era discriminado por ser negro, discriminado por ser Artur e discriminado por participar de manifestação afrodescendente. Porque as pessoas faziam o pré-julgamento antes de conhecer a própria história (C.A./IEPHA, 2014, p.33).

A história que o João Batista, nosso ex-presidente da irmandade se refere não diz respeito apenas aos negros, mas também aos brancos que precisam ser educados por uma pedagogia da alteridade, que respeite e valorize o outro, sobretudo quando se trata de um outro que soube acolher e ressignificar como sua uma distinta tradição. A reza do terço, o hino de Nossa Senhora do Rosário, os cantos e as evocações que as Guardas de Congo e Moçambique entoam para Nossa Senhora do Rosário não deixam dúvidas sobre o sentido devocional dos Arturos. Em um dos cantos, há uma menção ao nível de proteção recebida como uma graça de Nossa Senhora durante o sofrimento do cativo que, em um esforço de comparação entre o sofrimento do povo africano na diáspora forçada e o do povo hebreu no Egito, expressa a ação cuidadora e a predileção da mãe do filho de Deus pelos oprimidos. O canto diz o seguinte: “No tempo do cativo, quando o senhor me batia! Eu gritava por Nossa Senhora, ai me Deus! E as pancadas não doíam!”. Ao entoar este canto, os Arturos afirmam e trazem a presença do sofrimento, da resistência e da força que constituem suas subjetividades no passado e no presente.

Esse renado é dos antigos, dos tronco véio. Veio de desde a África, por causa dos escravos. A Festa do Rosaro tem que continuá. Quando nós canta, é por causa de um compromisso sagrado. Quando puxa a cantiga dos antigo - do meu pai, do Zé Aristide - parece que eles tão ali. É, eles tão ali. Eles tão ali junto com a gente. E isso muda tudo.

Antônio Maria da Silva (Apud Gomes; Pereira, 1988, p.157).

A diáspora forçada trouxe os africanos como escravos para o Brasil. O Reinado de Nossa Senhora do Rosário reelabora a experiência diaspórica não apenas em termos de sofrimento, mas, sobretudo, como força e resistência dos troncos velhos - “quando se puxa a cantiga dos antigo”- que se fazem presente na vida dos Arturos. Mas uma vez, nos deparamos com a alteridade que constitui os Arturos como africanos da diáspora, que se ressignificam em uma dupla pertença identitária: africano-brasileiros. Nesse sentido, eles não apenas reivindicam uma herança africana, mas atualizam, em termos de presença, aquilo que veio da África “por causa dos escravos”. Aqui vale a ressalva muito repetida em suas falas

pela saudosa Makota Valdina (1943-2019), religiosa do Candomblé de Angola de Salvador: “Não somos descendentes de escravos, somos descendentes de reis e rainhas que foram transformados em escravos na África”. Isso também “muda tudo”, porque a escravidão de africanos foi um empreendimento econômico desenvolvido pelo capitalismo no Ocidente. Portanto, o que há para reivindicar não são heranças africanas, mas reparações morais e materiais, em virtude dos prejuízos causados pelo sistema escravista.

Em razão disso, nosso entendimento é de que o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA-MG, de certa maneira repara um dano moral no reconhecimento da Comunidade dos Arturos como patrimônio cultural imaterial. Isso porque este órgão foi acusado de omissor e inoperante diante do processo de demolição da Capela da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário em Contagem no início dos anos de 1970. Apresentamos a seguir, a crítica de Geraldo Fonseca (1978) sobre o processo de demolição:

Quanto ao IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e seu coligado mineiro, IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, são autarquias que primam pelo descaso ao nosso rico patrimônio, tanto histórico quanto artístico. Tapando o sol com a peneira, à miúdo suas atenções voltam para Ouro Preto e outras poucas cidades coloniais. (Fonseca, 1978, p.100).

A capela era um patrimônio da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Contagem que, mesmo não tendo sido criada somente por negros, há indícios de que eles foram os mais sofreram em termos de prejuízos materiais e simbólicos. A mágoa de “Induca” e “Tita”, duas anciãs da Comunidade que já morreram, contra o ex-prefeito Newton Cardoso, revelada em conversas informais, por causa da demolição da capela, nos remete a esses indícios. Assim como o relato de que José Aristides de Salles era quem tomava conta da capela. Ao que os relatos históricos indicam, o estado de ruína que levou a demolição da capela, fez parte de um plano das autoridades eclesiásticas para acabar de vez com os Reinados. Infelizmente, eles estão mais fortes!

No que se refere à cidade de Ouro Preto, mencionada por Fonseca no excerto supracitado, o IEPHA-MG estar a dever uma reparação de reconhecimento, registro e tombamento das minas de ouro como patrimônio material e simbólico do trabalho de africanos escravizados no Brasil. As galerias subterrâneas construídas para a exploração do ouro revelam grandes técnicas de arquitetura e

engenharias desenvolvidas pelos africanos em Ouro Preto. A Mina Du Veloso é um exemplo cabal do engenho e da expertise do trabalho de africanos especialistas na exploração de ouro. No entanto, segundo informações obtidas pelo pesquisador Eduardo Evangelista Ferreira (2017), os órgãos responsáveis pelo patrimônio nunca mencionaram as minas como um patrimônio material. Ou seja, a atenção que Fonseca afirmou que o IEPHA-MG dava para a cidade do Ouro Preto se restringe à arquitetura colonial e ainda não chegou devidamente aos vestígios históricos materiais dos africanos que produziram riquezas naquela cidade.

Conclusões

Mesmo diante de uma agenda nacional de reconhecimento e valorização da cultura negra e da história africana no Brasil, percebemos que as ações ainda são bem tímidas em alguns setores. Temos de remeter essa timidez às estratégias de invisibilidade e branqueamento que o racismo impôs aos negros e às heranças africanas em nosso país. Com efeito, ao ser reconhecida como patrimônio cultural imaterial de Minas Gerais, a Comunidade dos Arturos refuta, a partir dos seus rostos negros, as tentativas de apagamento da história da escravidão de africanos no Brasil. Seja em razão do sofrimento imposto a seres humanos, ou, ainda, em razão da resistência e luta empreendidas por negros e negras, tais tentativas estão diretamente relacionadas às exigências de reparação moral e material dos africanos no Brasil. Os rostos negros da Comunidade dos Arturos reagem e refutam, também, todos os esforços de branqueamento da população negra brasileira (Skidmore, 2012, p. 110-117), os quais foram iniciados no último quartel do século XIX, através da imigração europeia e do incentivo para que os negros retornassem às terras africanas.

Portanto, o reconhecimento e a valorização da cultura negra como patrimônio cultural imaterial constituem-se como produto das várias interações realizadas pelos Arturos por meio da tradição. Nessas interações, eles afirmam identidades da diáspora africana, vivenciam o princípio da alteridade e reportam-se à tradição como uma função política e como “força vital.” Ao reportar-se à tradição dos Reinados do Rosário como uma função política, temos que voltar aos troncos velhos – aos ancestrais – “que não trabalharam em vão”, enfrentando a intolerância, o desprezo e a perseguição da Igreja Católica e de seus aliados nas

elites brasileiras contra essa tradição. Compreendida como eixos interativos que movimentam uma “força vital”, a tradição continua estabelecendo laços entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos, por meio do rufar dos tambores sagrados do Candombe que trouxeram Nossa Senhora do Rosário do mar e dos sons das caixas e dos tamborins que no ciclo anual dos festejos tocam para afastar as forças de morte e reafirmar a vida.

O desprezo, as intolerâncias, o racismo e todo tipo de preconceito constituem-se em forças de morte como doenças do nosso tecido social. Por sua vez, a devoção, a crença, a festa, a solidariedade grupal e as interações sociais produzem reafirmam o valor da vida e trazem conquista como essa do IEPHA-MG. No entanto, não podemos desviar a nossa atenção de tudo que ainda há por fazer em termos reparações e valorização do patrimônio cultural material que os africanos construíram no Brasil. Ao mesmo tempo em que celebramos a conquista da Comunidade dos Arturos, indagamos aos órgãos do Estado sobre outras práticas, outros sítios e monumentos que são invisibilizados como expressões da diáspora africana no Brasil. Uma mudança de atitude política em relação ao patrimônio material e imaterial dos africanos em nosso país poderia contribuir para enfrentar o racismo e aumentar a autoestima da pessoa negra. No entanto, nós sabemos que os órgãos do Estado não vão agir sem que a sociedade civil se implique e se mobilize em favor da valorização do patrimônio cultural afro-brasileiro.

Não resta dúvida quanto ao significado do reconhecimento da Comunidade negra dos Arturos como patrimônio cultural imaterial como reparação histórica e como algo que potencializa a aquisição e a garantia de outros direitos na atualidade. Os Arturos continuam “trabalhando para Nossa Senhora do Rosário”, cuja crença continua movendo corpos, mentes e corações dilacerados por sofrimentos históricos, construindo uma pedagogia da alteridade da e na diáspora africana no Brasil. Essa pedagogia se inscreve na perspectiva do diálogo e da resistência que buscam aumentar a “força vital”. Não há como terminar este trabalho sem dizer: Viva a força da ancestralidade africana no Brasil.

Referências

BARBOSA, Nila Rodrigues. **Museus e etnicidade**: o negro no pensamento museal. Curitiba: Editora Appris, 2018.

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**: contribuição para uma sociologia das interpenetrações de civilizações. 2ª edição. Trad. Maria Eloisa Capellato e Olívia Krahenbuhl. São Paulo: Editora Pioneira, 1985.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. **O Magnificat**, Lc. 1,46-55. São Paulo: Edições Paulina, 1985.

CAPONE, Stefânia. **A busca da África no candomblé**: tradição e poder no Brasil. Trad. Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; Editora Pallas, 2004.

FERREIRA, Eduardo Evangelista. **Patrimônio mineiro na Serra do Veloso em Ouro Preto-MG**: registro, análise e proposição de circuitos geoturísticos interpretativos. Dissertação. (Mestrado em Evolução Crustal e Recursos Naturais) Departamento de Geologia, Universidade Federal de Ouro Preto-UFOP, Ouro Preto, 2017.

FONSECA, Geraldo. **Contagem perante sua história**: 1716-1978. Contagem: Prefeitura Municipal de Contagem, 1978.

GOMES, Núbia Pereira de Magalhaes; PEREIRA, Edmilson de Almeida. **Negras raízes mineiras**: os Arturos. Juiz de Fora: EDUFJF/MinC, 1988.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro**: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Universidade Cândido Mendes, 2001.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS-IEPHA-MG. **Comunidade dos Arturos**. 1ª Ed. Belo Horizonte: IEPHA, 2014. (Caderno do Patrimônio; v.2).

LEVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito**: ensaio sobre a exterioridade. 3ª Edição. Trad. José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 2013.

LUCAS, Glaura. **Tempo e música nos rituais do congado mineiro nos Arturos e Jatobá**. Tese. (Doutorado em Música) Departamento de Música, Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ, Rio de Janeiro, 2005.

LUCAS, Glaura. **Os sons do Rosário**: o congado mineiro dos Arturos e Jatobá. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

LUCAS, Glaura. **Os sons do Rosário**: um estudo etnomusicológico do congado mineiro dos Arturos e Jatobá. Dissertação. (Mestrado em Musicologia) Departamento de Música, Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 1999.

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da memória**: o Reinado do Rosário no Jatobá. Belo Horizonte: Mazza Edições; São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

OLIVEIRA, Rosângela Paulino. **Morte tradicional em sociedade moderna**: os ritos de morte na comunidade dos Arturos. Tese. (Doutorado em Antropologia) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC-SP, São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, Rosângela Paulino. **Os Arturos**: unidos pela festa. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC-SP, São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, Sueli do Carmo. **O Reinado nas encruzilhadas do catolicismo**: a dinâmica das comunidades congadeiras de Itaúna-MG. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais da Religião) Universidade Federal de Juiz de Fora-UFJF, Juiz de Fora, 2011.

ROSA, Maria Carlota. **Uma língua africana no Brasil colônia dos seiscentos**: o quimbundo ou língua de Angola na Arte de Pedro Dias, SJ. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2013.

SABARÁ: **O drama de um campesinato negro no Brasil**: a Comunidade negra dos Arturos. Belo Horizonte: Ophicina de Arte de Prosa, 2015.

SABARÁ, Romeu. **Arturos**: um drama do campesinato negro no Brasil. Tese. (Doutorado em Antropologia) Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 1997.

SANTOS, Jorge Antônio. Entrevista. In: **O Tempo**. Versão digital, 28/05/2014. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/mobile/cidades/comunidade-dos-arturos-e-declarada-patrimonio-imaterial-de-minas-1.854052?fbclid=IwAR2VbwHowjwB_X9kKnOvVVZY6aT4tEFQwBXF2L1qx8u5q4RbHBR03naXHUU> Acesso em: 27/07/2019.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro – 1870-1930. 1ª Edição. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.

SILVA, Rubens Alves da. **Negros Católicos ou catolicismo negro?** Um estudo sobre a construção da identidade negra no congado mineiro. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

SOUZA, Marina de Mello. **Reis africanos no Brasil escravista**: história da Festa de Coração de Rei Congo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

TEMPELS, Placide. **La philosophie bantoue**. Trad. A. Rubbens. Paris: Press Alfa, 1949. (Collection Présence Africaine).

VALENTE, Waldemar. **Sincretismo religioso afro-brasileiro**. 3ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

Revista SCIAS. Direitos Humanos e Educação, Belo Horizonte/MG, v. 8, n. 2, p. 881-897, jul./dez. 2025. e-ISSN: 2596-1772.